



Paixões no discurso jornalístico: da confiança à decepção numa crônica política

Eduardo Lopes Piris*

Resumo: Este trabalho trata do papel que as paixões relacionadas à confiança e à decepção desempenham nas relações intersubjetivas entre enunciador e enunciatário, considerando aí o sistema de valores que permeiam a construção do discurso. Assim, com base na semiótica greimasiana e na Análise do Discurso dita de linha francesa, procederemos à análise de uma crônica política publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* pouco antes da realização do segundo turno da eleição presidencial brasileira de 2006. Considerando as coerções do gênero do discurso e a estratégia de identificação entre o jornalista e o leitor, descrevemos e analisamos o percurso narrativo passionnal e as configurações modais das paixões experimentadas por esses sujeitos da enunciação. Examinamos, assim, alguns elementos dos níveis narrativo e discursivo do percurso gerativo de sentido. No nível narrativo, notamos que a “esperança” é a paixão que inicia esse percurso passionnal, e que a maneira como o contrato fiduciário é quebrado cria os efeitos passionais da decepção, da mágoa, da insegurança, conduzindo a uma paixão de falta. A análise do nível discursivo, por sua vez, revela que esta paixão de falta não corresponde à vingança, mas sim à justiça, uma paixão desapassionada. Cria-se um efeito passionnal que se coaduna com os efeitos de sentido de objetividade e de distanciamento.

Palavras-chave: discurso jornalístico, crônica política, paixão, sistema de valores

Introdução

Pretendemos, neste trabalho, examinar uma crônica política sobre a eleição presidencial brasileira de 2006 que foi publicada pelo diário *Folha de São Paulo* em 27 de outubro de 2006, antevéspera da realização do segundo turno dessa eleição que foi disputada pelos candidatos Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB). A análise incidirá sobre o papel que as paixões relacionadas à confiança e à decepção desempenham na construção do fazer persuasivo do enunciador e do fazer interpretativo do enunciatário, considerando o sistema de valores da democracia, entendida aqui como formação social em oposição a outros sistemas de governo.

Maingueneau (2000, p. 68) lembra que, para Pêcheux, “toda formação social implica na existência de posições políticas e ideológicas, que não são o feito de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação”. O que conhecemos hoje como democracia é uma construção social que — com todas as

suas transformações — já atravessa os séculos. Gregos e romanos criaram o espaço público para que os cidadãos pudessem defender seus interesses e tomar suas decisões consensualmente; instaurou-se dessa maneira um regime político, em que o debate e a expressão pública da vontade da maioria estabeleciam o consenso; gestava-se ali, portanto, valores que até hoje fundam e constituem a democracia, enquanto formação social.

Essa eleição presidencial coloca em jogo duas formações discursivas¹ que não se restringem aos partidos que encabeçam a disputa — PT e PSDB —, pois, além das alianças partidárias que tornam difusas as cores ideológicas, a campanha eleitoral consegue envolver eleitores alheios a esses dois partidos e avessos à própria política. Chamaremos, portanto, essas duas formações discursivas de (i) favorável ao governo Lula e (ii) contrária ao governo Lula.

É importante ressaltar que o analista deve observar que tais valores são axiologizados de acordo com as próprias categorias da formação discursiva. Por exemplo, diferentemente de um conservador do início

* Universidade de São Paulo (usp). Endereço para correspondência: (eduardo_piris@yahoo.com.br).

¹ A noção de formação discursiva é, inicialmente, desenvolvida por Michel Foucault, em sua *Arqueologia do saber*, e, posteriormente, é introduzida por Michel Pêcheux no quadro teórico da Análise do Discurso.

do século XX, um progressista desse mesmo período valoriza positivamente a igualdade de direitos entre homens e mulheres; e isso é um valor axiológico. Trata-se aí da questão da ideologia e das formações ideológicas, que são “o conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo” (Fiorin, 2003, p. 32); cada formação ideológica corresponde a uma formação discursiva, em que a primeira impõe o que pensar, ao passo que a segunda determina o que dizer.

Os valores e as paixões estão imbricados no sentido de que, a partir dos estudos de Greimas (1983), a relação sujeito-objeto compõe arranjos modais que resultam em sucessivos estados de alma do sujeito. Greimas contraria o enfoque taxionômico e classificatório adotado pela maior parte dos filósofos que elaboraram teorias sobre as paixões, pois direciona seu olhar para as estruturas sintagmáticas e sintáticas recobertas por um lexema. É sob essa perspectiva que Barros oferece o seguinte exemplo:

[...] a organização sintagmática de /querer-ser, não-crer-ser e saber-não-poder-ser/ é uma estrutura patêmica ou passional, de caráter modal, que produz o efeito de sentido “afetivo” ou “passional” de amargura (2002, p. 61-62).

O que o sujeito quer ser? O que o sujeito não crê ser? O que o sujeito sabe que não pode ser? Aí está o objeto, aí está o valor. As paixões derivadas da relação sujeito-objeto revelam a ideologia manifestada pelos discursos que se inscrevem em uma dada formação discursiva que, no limite, pode ser entendida como a identidade de uma nação.

É nesse sentido que Fiorin afirma que “os simulacros construídos no e pelo discurso deixam entrever determinações modais e papéis temáticos e actanciais valorizados ou não por uma dada cultura, o que ela permite desejar, o que obriga a temer, aquilo de que faz envergonhar-se [...]. Em suma, que desejos é preciso desejar, que desejos não se pode ter” (1992, p. 63).

1. Paixões relacionadas à confiança e à decepção e os sistemas de valores

Tendo em vista que as paixões relacionadas à confiança e à decepção foram devidamente tratadas por Greimas (1983) e por Barros Barros (1990, 2002), iremos apenas retomar alguns pontos necessários à condução deste trabalho, eximindo-nos da tarefa de discutir as descrições sintagmáticas já propostas, para dar melhor atenção ao papel dessas paixões na construção

dos discursos que antecederam o segundo turno da eleição presidencial de 2006.

Justificamos o uso da expressão “paixões relacionadas à confiança e à decepção” devido à existência de outras paixões nesse eixo. Primeiramente, há o estado inicial, pois os sujeitos não são já-confiantes ou já-decepcionados; começamos a descrição da modalização desse sujeito com o arranjo /querer-ser/. Em seu artigo “De la colère — étude de sémantique lexicale”², Greimas (1983) argumenta que não há estado neutro, mas sim um estado de espera. Logo, se o sujeito não é já-decepcionado, ele também não é neutro, e sim modalizado.

Recuperando nosso exemplo ambientado em uma sociedade ocidental do início do século XX, podemos ter uma narrativa em que uma mulher quer ter os mesmos direitos que um homem, porém ela não se apresenta como o sujeito que irá realizar tal transformação, deixando que os homens que estão no poder mudem as regras do jogo. Cria-se aí um estado inicial de espera, em que o sujeito “mulher” quer entrar em conjunção com o objeto de valor “igualdade” por meio do fazer do sujeito “homem”. Temos um contrato imaginário entre S_1 “mulher” e S_2 “homem”, que, de acordo com Greimas (1983, p. 229) e com Barros (2002, p. 63), pode ser assim representado:

$$S_1 \text{ querer } [S_2 \rightarrow (S_1 \cap O_v)]$$

Onde:

S_1 é o sujeito de estado e

S_2 é o sujeito de fazer

Esse é o programa narrativo do que Greimas (1983) chama de espera simples. Nesse caso, o sujeito “homem” não está ou não parece ciente desse contrato, pois o que há é a construção de um simulacro, um objeto imaginário projetado pelo sujeito de estado “mulher”. Todavia, a partir do instante em que, por assim dizer, esse sujeito “homem” toma ou parece tomar consciência do contrato fiduciário proposto pelo sujeito “mulher”, atribui-se ao sujeito do fazer uma modalidade deontica, ou seja, um /dever-fazer/, para que o sujeito de estado, atualizado na espera, seja realizado, o que dará continuidade ou conclusão ao seu percurso passional. Essa é, segundo Greimas (1983, p. 230), uma paixão complexa que pode assim ser representada:

$$S_1 \text{ crer } [S_2 \text{ dever } \rightarrow (S_1 \cap O_v)]$$

Desde o início deste trabalho, estamos falando em paixões relacionadas à confiança e à decepção, porque é da realização ou da não realização do sujeito de estado pelo sujeito do fazer que resultam paixões como: satisfação, insatisfação, esperança, insegurança, aflição, mágoa, frustração, cólera, rancor, além da confiança e da decepção. Trata-se aí de uma combinação do

² Estudo publicado originalmente na forma de artigo pela *Actes Sémiotiques*, em 1981, e reeditado em 1983 em seu livro *Du sens II*.

estado de espera com as categorias euforia e disforia, tensão e relaxamento; com o aspecto da duração; com o encadeamento do programa narrativo de liquidação da falta.

A manutenção do contrato de confiança leva às paixões de benevolência, /querer-fazer/ bem a alguém (o amor); ao passo que a ruptura do contrato de confiança leva às paixões de malevolência, /querer-fazer/ mal a alguém (a vingança, a revolta).

Eis que o estudo de tais configurações passionais nos permite praticar uma análise semiótica do discurso que questione o significado dessas paixões na construção das imagens dos sujeitos (os simulacros) e do discurso conforme o sistema de valores vigentes em um dado contexto sócio-histórico, bem como relacionar esse efeito de sentido passional com o fazer persuasivo do enunciador e o fazer interpretativo do enunciatário.

Assim, podemos retomar nosso exemplo apresentado no início deste texto. Não basta ao analista observar que S_1 “mulher” entrou em conjunção com o objeto de valor “igualdade”, pois o significado discursivo dessa igualdade difere muito se S_2 “homem” for concretizado no discurso por meio do papel temático de um progressista ou de um conservador, difere mais ainda se S_2 , no discurso, coincidir com o ator da enunciação, porque os valores serão axiologizados de acordo com as categorias de sua formação discursiva.

Encontramos na própria História do século XX situações que resolvem o estado de espera aqui ilustrado. Tomemos o exemplo de que, durante a II Guerra Mundial, os homens foram para o campo de batalha e as mulheres passaram a ocupar seus lugares nas fábricas. A análise da narratividade subjacente a essa prática social nos permite tomá-la como um texto em si e, daí, depreender o seguinte programa narrativo: o sujeito do fazer “homem” coloca o sujeito de estado “mulher” em conjunção com seu objeto de valor “igualdade”; o sujeito “mulher” passa a um estado de relaxamento e sente “satisfação”, contentamento pela realização do que se esperava. Isto, se estivermos considerando um sistema de valores em que se acredita que as mulheres finalmente tiveram seu direito reconhecido pelos homens.

2. Análise

2.1. Notas sobre um gênero de discurso jornalístico: a crônica política

Faremos agora uma breve caracterização da crônica política, recorrendo aos pressupostos teóricos apresentados por Bakhtin em seu artigo intitulado “Os gêneros

do discurso”, uma vez que se trata de uma tipologia de gêneros — sociointeracionista — que nos permite dar conta dos problemas que se colocam quando pensamos nas relações entre enunciador e enunciatário.

Para Bakhtin (1992, p. 279), as esferas da atividade humana (tais como a jurídica, a política, a familiar, a literária, a científica, a midiática) demandam finalidades e condições específicas que determinam a geração do enunciado, do gênero de discurso, que, por sua vez, as reflete por meio de seu tema (o conteúdo do enunciado); de seu estilo (componente linguístico que envolve recursos lexicais, sintáticos e gramaticais); e de sua forma composicional, que comporta o tipo de estruturação e o tipo de conclusão do enunciado, bem como o tipo de relação entre o locutor³ e os outros parceiros da comunicação verbal (ouvinte, leitor, interlocutor, discurso do outro).

Entre tema, estilo e forma composicional, pinçaremos desta última alguns elementos que nos permitem caracterizar a crônica política como gênero de discurso pertencente à esfera de atividade jornalística, já que sua descrição completa demandaria outro trabalho. Destacaremos, portanto, a extensão textual, tal como preservada pela paginação⁴; a orientação argumentativa; o estatuto dos parceiros da comunicação, denominados aqui como enunciador e enunciatário.

No que tange à paginação do diário *Folha de São Paulo*, as crônicas políticas ocupam a segunda página do primeiro caderno, dividindo espaço com os editoriais, a *charge*, as frases e — dispostos na terceira página — o painel do leitor e os artigos assinados por articulistas convidados a expor seu ponto de vista na coluna chamada “Debates e Tendências”. Todos esses gêneros discursivos reunidos nessas duas páginas compõem o espaço que esse diário dedica à construção da opinião.

A crônica política, apesar de seu constitutivo traço de leveza, não perde de vista sua orientação argumentativa, ou seja, sua finalidade é levar o leitor a aceitar o ponto de vista do cronista, que, para tanto, utiliza argumentos veridictórios, que parecem verdadeiros. A crônica intitulada “Não vale o que está escrito”, publicada pela *Folha de São Paulo* em 27 de outubro de 2006 e assinada por Clóvis Rossi, é construída com base em uma comparação entre as promessas feitas por Lula em seu discurso de posse, em 2003, e o que o cronista chama de “fatos, quatro anos depois” para fazer referência aos feitos do governo Lula ao final de seu mandato, em 2006. As citações ao discurso de posse de Lula em forma de discurso direto criam o efeito de sentido de realidade, os exemplos e o apelo à memória do leitor também corroboram esse efeito, tornando veridictória a argumentação do cronista. Ademais, é

³ Vale lembrar que o termo “locutor” está sendo usado em sua acepção bakhtiniana e que o seu equivalente em semiótica é o termo “enunciador”.

⁴ Conforme o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001), *paginar* significa “reunir e dispor, de acordo com o projeto gráfico, todos os elementos que devem integrar uma página de livro, periódico etc.”, o que inclui o jornal.

preciso considerar que o cronista, para legitimar seu discurso e a persuadir seu leitor, não só concatena argumentos, como também os alia a uma estratégia de identificação mútua e recíproca de imagens. Dessa maneira, o fazer persuasivo do enunciador é construído também com base nas crenças e nos valores compartilhados pelo grupo social; na imagem do enunciador e do enunciatário; nas paixões.

Quanto ao estatuto dos parceiros da comunicação, podemos dizer que o enunciador dessa crônica política caracteriza-se por pertencer ao corpo de cronistas do jornal, isto é, ele não é um convidado que aí escreve esporadicamente. Embora detenha um capital ético construído durante sua carreira na imprensa, o que lhe dá credibilidade, ele está atrelado ao jornal, ou seja, o cronista fala pelo jornal ao mesmo tempo em que o jornal fala por meio do cronista. E essa comunhão é dissimulada pela assinatura do jornalista, que, ao criar o efeito de sentido de individuação, cria a ilusão de independência das opiniões emitidas em seus artigos. Já o enunciatário da crônica política, o leitor (não o leitor ontológico, mas o semiótico), consiste em um feixe de estratégias do discurso jornalístico que constrói a própria imagem do leitor, como explica Discini:

Esse leitor, lembremos, normatizado pelo hábito, torna-se o próprio jornal eleito. Trata-se do efeito de identidade e de identificação, construídos, ambos, dia após dia, pelo ato da leitura (2003, p. 154).

O efeito de sentido de identidade e de identificação ao qual se refere Discini é construído no e pelo discurso por meio da recorrência, da repetição de certos usos linguísticos e discursivos com os quais o leitor se habituou. É assim que o fazer crer e o fazer fazer orientados por esse gênero jornalístico dependem do fazer ser, ou seja, o cronista persuade o leitor também pela imagem que ambos compartilham.

Vejamos as paixões e os valores nas próximas subseções.

2.2. O percurso narrativo passional e as configurações modais

Passemos agora à análise do percurso narrativo passional, dividindo-o, do ponto de vista do contrato fiduciário, em dois momentos distintos.

O primeiro momento desse percurso se refere ao estabelecimento do contrato:

1. O sujeito do fazer “Luís Inácio Lula da Silva”, ao fazer promessas em seu discurso de posse, assume um contrato de confiança com o sujeito de estado “eleitor”.
2. O sujeito de estado espera que o sujeito do fazer o coloque em conjunção com os objetos prometidos e

esperados “fim da impunidade”, “fim da violência” e “fim da instabilidade no continente sul-americano”.

3. Esse contrato de confiança gera uma espera relaxada, despertando no eleitor o sentimento da esperança ligada à confiança, a esperança confiante, a expectativa, que é representada pelo arranjo modal /querer-ser/ /crer-ser/.

Já o segundo momento do percurso passional contempla a quebra desse contrato:

4. O primeiro objeto de valor “fim da impunidade” não é colocado em conjunção com o sujeito de estado “eleitor”, inspirando nele o sentimento da decepção, representado pelo arranjo modal /querer-ser/ /não-crer-ser/.
5. O segundo objeto de valor “fim da violência” também não é colocado em conjunção com o sujeito de estado, reiterando o sentimento de decepção já experimentado durante a primeira ruptura do contrato, o que aspectualiza sua decepção pelo traço da duratividade, levando o eleitor (leitor) a experimentar o sentimento da mágoa (duração /querer-ser/, /não-crer-ser/); trata-se ainda de uma paixão intensa ou de ausência, porque as paixões pertencentes a esse grupo deixam o sujeito de estado frágil e não conduzem à reparação da falta (Barros, 1990, p. 66).
6. Por fim, o terceiro objeto de valor “fim da instabilidade no continente sul-americano” também não é colocado em conjunção com o sujeito de estado “eleitor” conforme prometido pelo sujeito do fazer “Luís Inácio Lula da Silva” em seu discurso de posse; do ponto de vista narrativo, encerra-se o percurso passional com um sujeito de estado não-conjunto e tenso. Tem-se nesse ponto o arranjo modal /querer-ser/ /crer-não-ser/ que caracteriza um “eleitor” inseguro e preocupado que é levado a experimentar uma paixão tensa ou de falta, o que já permite gerar um programa de liquidação de falta. Vale ressaltar que o enunciatário “leitor” e o enunciador “cronista” estão sincretizados no papel de “eleitor”, logo ambos experimentam as paixões aqui descritas: decepção, mágoa, insegurança, preocupação, frustração.

É interessante notar que, se é no nível narrativo que o percurso passional do sujeito de estado “eleitor” vai da confiança à insegurança, é no nível discursivo (em que se dão as relações entre enunciador e enunciatário, lembremos) que o “eleitor” (sincretizado com o “leitor” e o “cronista”) é inspirado pelo desejo de vingança e, assim, orientado a um programa de liquidação de falta. Ainda aí, e considerando a configuração modal da vingança (/querer-fazer/ /poder-fazer/ mal a alguém), se o “eleitor” é, no nível narrativo, o sujeito de estado, é

no nível discursivo que esse “eleitor/leitor” é persuadido a tornar-se o sujeito do fazer, ao mesmo tempo em que transforma em seu anti-sujeito o até então sujeito do fazer “Lula”. Greimas explica de maneira exemplar esse aspecto da vingança, dizendo que tal paixão consiste em uma necessidade, um desejo de vingar, o que remete a uma ação:

[...] a ação em questão concerne a dois sujeitos e procura restabelecer entre eles o equilíbrio perturbado em consequência da ofensa (e, acrescentemos, da decepção). Vemos, no entanto, que não se trata aí de uma simples liquidação da falta que situaria o PN ao nível da circulação de objetos de valor, mas de uma negociação entre os sujeitos, em que um deve ser “indenizado moralmente” e o outro “punido” [...] A vingança, como vimos, é de início um reequilíbrio de sofrimentos entre sujeitos antagonistas (Greimas, 1983, p. 241).

Parece-nos que a crônica de Clóvis Rossi constrói em seu discurso um jogo de imagens que mostra um eleitor decepcionado e inseguro, um eleitor/leitor com desejo de vingança e um presidente/candidato que é o anti-sujeito do eleitor. Tendo em vista que a crônica foi publicada na antevéspera do pleito final entre Lula e Alckmin, que é um momento decisivo em uma eleição, depreende-se que esse jogo de imagens visa a orientar o leitor a não reeleger Lula para um segundo mandato e, conseqüentemente, a eleger Alckmin. Mas, considerando os valores democráticos, o jogo eleitoral, o próprio jornal e o gênero de discurso, podemos nos contentar em dizer que a paixão que determina essa orientação argumentativa é a vingança? Pensemos sobre essa questão na sub-seção a seguir.

2.3. As paixões e o sistema de valores da democracia

Até este momento discorreremos sobre um sujeito de estado que não é colocado em conjunção com os objetos de valor prometidos por um sujeito do fazer, o que gera um percurso de aumento de tensão caracterizado pelas sucessivas rupturas de contrato e, a partir daí, um fazer persuasivo que orienta o outro a se vingar de um terceiro. Todavia, não abordamos, ainda, a relação entre essas paixões e o sistema de valores, especificamente os valores democráticos.

Na crônica política “Não vale o que está escrito”, Clóvis Rossi sugere (por meio de implícitos) que não se vote no candidato Lula como forma de punir o presidente

pelo não cumprimento de suas promessas realizadas no discurso de posse em 2003, mas não como forma de colocar o eleitor em conjunção com o fim da impunidade, da violência e da instabilidade na América do Sul, e sim como forma de estabelecer o reequilíbrio dos sofrimentos entre o eleitor e o candidato à reeleição, em que este é punido enquanto aquele é indenizado moralmente.

Embora o voto seja individual, a eleição enquanto processo e resultado se define como prática social. Sendo assim, não se trata de dizer que um ou que outro cidadão elegeu tal candidato, mas sim a maioria, o povo. Esse indivíduo — cidadão e eleitor — possui então uma dimensão individual e uma social⁵, o que nos permite afirmar que o eleitor construído pela crônica de Clóvis Rossi é, simultaneamente, o indivíduo que lê o jornal e é também membro de um corpo de eleitores que elegeram o presidente brasileiro e que — de acordo com a crônica — não devem reelegê-lo, mas sim puni-lo. Assim, é o eleitor em sua dimensão coletiva que irá punir o candidato/presidente.

Nesse sentido, Greimas nos mostra que “é de fato a delegação do poder-fazer que institui o destinador-judicador e transforma a vingança em justiça” (1983, p. 243). A frase “Eu não quero vingança, eu quero justiça” é bem recorrente e revela, pelo uso, a diferença que há entre essas duas maneiras de reparação: enquanto a primeira detém o traço individual, a segunda apresenta o aspecto do bem coletivo. O indivíduo se vinga de alguém que lhe causou um dano, mas não faz justiça se não delegar a reparação a um sujeito que represente um poder constituído pelo grupo social a que pertence. Dessa forma, é em sua dimensão social que esse sujeito (e)leitor é modalizado pelo /querer-fazer/ /poder-fazer/.

No que tange ao sistema de valores da democracia, a vingança não é uma paixão axiologizada positivamente, pela simples razão de encerrar em si a ideia do ato individual em detrimento do ato coletivo, que seria a justiça. Por exemplo, os deputados e os senadores envolvidos na chamada farra das passagens aéreas, bem como o deputado paranaense responsável por um acidente de trânsito que vitimou duas pessoas inocentes não se configuram como objeto de vingança: nesses casos, a sociedade democrática clama por justiça. É na relação entre enunciado e enunciação que podemos depreender a justiça como a paixão que determina o fazer persuasivo do enunciador e o fazer interpretativo do enunciatário. Trata-se, aliás, de uma paixão desapaixionada, que vai bem ao encontro do discurso jornalístico, que se pretende objetivo e imparcial. Parece-nos que o valor argumentativo da crônica

⁵ O sociólogo Norbert Elias, ao explicar a noção de *habitus*, trata do modo de ser de um indivíduo em sua relação *intrínseca* com o grupo social ao qual ele pertence, afirmando que o *habitus* equivale à “composição social dos indivíduos”, ou seja, “cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros de sua sociedade” (Elias, 1994, p. 150).

política sob análise está justamente na maneira como ele esconde as paixões para manifestar seu posicionamento discursivo sobre um tema que é difícil ao jornalista manter a imparcialidade.

Conclusão

Esse artigo de Clóvis Rossi é construído para passar ao leitor/eleitor a impressão de que o cronista é neutro e que está somente olhando para os fatos e comparando-os com as promessas do presidente, para concluir que ele não as cumpriu. Entretanto, a análise pôde revelar de que maneira o cronista escamoteia os efeitos de sentimento passional, além dos de subjetividade e de parcialidade. Viu-se que, do ponto de vista narrativo, o leitor é convidado a experimentar sentimentos que vão da confiança à decepção; todavia, a análise do nível discursivo, ao focalizar as relações argumentativas entre enunciador e enunciatário, nos permitiu perceber que o leitor/eleitor é convidado a sentir a paixão não da vingança, mas a da justiça. Isso por que o artigo foi publicado na antevéspera do segundo turno da eleição presidencial, pois, se fosse publicado em qualquer outro momento, poderíamos lê-lo como uma crítica aos governantes que não cumprem promessas, em que o leitor experimentaria o sentimento da decepção, talvez o da indignação.

A justiça surge nesse artigo de Clóvis Rossi como paixão desapaixonada por manifestar o sentimento de reequilíbrio entre dois sujeitos submetidos aos valores democráticos, em que um deve ser punido e o outro indenizado moralmente. Compreendendo o eleitor em suas dimensões individual e social, vimos que o eleitor construído na crônica política (em sua porção individual) delega ao eleitor (enquanto corpo de eleitores, coletivo) o poder-fazer e, ao invés de vingança, tem-se a justiça, paixão valorizada positivamente pelo sistema de valores da democracia.

No que diz respeito às formações discursivas, o sistema democrático pressupõe posicionamentos políticos e ideológicos estabelecidos mutuamente por relações de antagonismo ou de aliança. Foi anunciado na introdução deste trabalho que o segundo turno da eleição presidencial de 2006 foi um acontecimento que organizou duas formações discursivas que extrapolaram os limites discursivos dos partidos que encabeçaram a disputa (PT e PSDB), pois o que tivemos foi uma formação discursiva favorável ao governo Lula e outra contrária ao governo Lula. Sendo assim, tem-se que a legitimação do discurso de Clóvis Rossi, manifestado por meio de sua crônica política, se deve à sua inscrição na formação discursiva dita contrária ao governo Lula.

Finalmente, podemos concluir que a justiça possui um valor universal somente enquanto paixão pertencente ao sistema de valores da democracia, pois, ao

passar pela axiologização dos sistemas de valores das formações discursivas, torna-se objeto de polêmica, ou seja, passa a ser relativizada: o que é justo para um não o é para outro. Assim, os valores que sustentam o discurso do cronista da *Folha de São Paulo* — filiado à formação discursiva dita contrária ao governo Lula — somente valoriza positivamente a paixão justiça se ela for correlata à crença em não reeleger Lula, ao passo que, para a formação discursiva dita favorável ao governo Lula, dada a relação polêmica marcada pelo antagonismo, justiça seria um valor positivo se correspondesse à reeleição. ●

Referências

- Bakhtin, Mikhail
1992. Os gêneros do discurso. In: Bakhtin, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, p. 277-326.
- Barros, Diana Luz Pessoa de
1989-1990. Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos. *Cruzeiro Semiótico*. Porto, Associação Portuguesa de Semiótica, vol. 11-12, p. 60-73.
- Barros, Diana Luz Pessoa de
2002. *Teoria do discurso. Fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas.
- Discini, Norma
2003. A imprensa dita séria: Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. In: Discini, Norma. *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto, p. 153-222.
- Elias, Norbert
1994. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Fiorin, José Luiz
1992. Algumas considerações sobre o medo e a vergonha. *Cruzeiro Semiótico*. Porto, Associação Portuguesa de Semiótica, vol. 16, p. 55-63.
- Fiorin, José Luiz
2003. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática.
- Greimas, Algirdas Julien
1983. De la colère. In: Greimas, Algirdas Julien. *Du sens II*. Paris: Editions du Seuil, p. 225-246.
- Maingueneau, Dominique.
2000. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Rossi, Clóvis
2006. Não vale o que está escrito. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 out 2006. Primeiro Caderno, p. 2.

Dados para indexação em língua estrangeira

Piris, Eduardo Lopes

Passions in the Journalistic Discourse: from Confidence to Disappointment in a Political Column

Estudos Semióticos, vol. 5, n. 2 (2009)

ISSN 1980-4016

Abstract: *This work deals with the role played by the passions related to the confidence and the disappointment in the intersubjective relationships between enunciator and enunciatee, considering the system of values that permeates the construction of the discourse. Thus, based on greimassian semiotics and French Discourse Analysis, we present an analysis of a political column published by Folha de São Paulo newspaper before 2006's Brazilian election second round. Considering the constraints of the genre of discourse and the strategy of identification between the journalist and the reader, we describe and analyze the passionate narrative path and the modal configurations of the passions experienced by the subjects of enunciation. We examined, then, some elements of narrative and discursive levels of meaning generative process. The analysis of the narrative level shows that hope is the first passion in this passionate narrative itinerary. It also shows that the way as the fiduciary contract is broken creates the passionate meaning effects of disappointment, grief, insecurity, which lead to passion of lack. The analysis of the discursive level reveals, in turn, that this passion of lack does not correspond to vengeance, but to justice, a dispassionate passion. The discourse creates a passionate effect consistent with the meaning effects of objectivity and detachment.*

Keywords: *journalistic discourse, political column, passion, system of values*

Como citar este artigo

Piris, Eduardo Lopes. Paixões no discurso jornalístico: da confiança à decepção numa crônica política. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: (<http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>). Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 5, Número 2, São Paulo, novembro de 2009, p. 1-7. Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 10/11/2008

Data de sua aprovação: 15/03/2009
